

COMPARATIVO ENTRE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DE DOIS ESTUDANTES DE LICENCIATURAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Guilherme Nunes dos Santos ¹
Rafael Barbosa do Espírito Santo ²

RESUMO

Para além dos estágios supervisionados exigidos nos currículos dos cursos de graduação, existem também os estágios denominados não obrigatórios. Em sua maioria remunerados, eles podem ser iniciados, conforme as diretrizes de cada instituição e de seus respectivos departamentos, ainda nos primeiros períodos do curso, e representam uma importante oportunidade de inserção no ambiente profissional, criando uma articulação entre teoria e prática, e contribuindo ao desenvolvimento de competências essenciais ao exercício tanto dos futuros estágios requeridos para obtenção do diploma, quanto da futura profissão. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é relatar as experiências dos autores, estudantes de História e Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em seus estágios não obrigatórios, comparando-os e enunciando-os como fontes de renda dos estudantes de licenciaturas. No comparativo, serão evidenciadas as discrepâncias entre cargas horárias, remunerações, lotações, atribuições e condições de trabalho. Já enquanto fonte de renda, abordaremos suas importâncias ao oportunizar condições de sobrevivência aos estudantes de licenciaturas. Os estágios em questão são promovidos pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEED) e pela Secretaria Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro – SE (SEMED). Neste primeiro, os estágios são realizados na Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) e no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Já na SEMED, as experiências foram e são desenvolvidas, principalmente, em unidades escolares de educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Estágio não obrigatório, Licenciaturas, Comparativo, Fonte de renda.

INTRODUÇÃO

O estágio é uma atividade inerente a todos os cursos de licenciatura no Ensino Superior brasileiro, ele objetiva proporcionar aos estudantes experiências e um contato direto com o futuro e possível ambiente profissional. Pimenta e Lima (2005/2006) defendem que é o momento em que estes poderão observar, aprender e colocar em prática suas contribuições e possíveis competências adquiridas, conciliando técnicas e teorias. De acordo com o cap. 1 da

¹Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe - UFS, nunesguilherme628@gmail.com;

²Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, rafaelbarbosa.geografia@gmail.com,





Lei nº 11.788, o estágio deve ser desenvolvido sob supervisão e seguir o projeto pedagógico do curso em questão (BRASIL, 2008, cap. I, art. 1).

No entanto, ainda que seja exigido o cumprimento dos estágios supervisionados para aprovação e obtenção do diploma, o licenciando acaba tendo também a opção em realizar os chamados estágios não obrigatórios, que podem ser feitos tanto em escolas, quanto em outras instituições que sejam regidas ou não por órgãos da educação, por exemplo: um estudante de licenciatura em química tem a possibilidade de estagiar em um laboratório clínico, enquanto um de licenciatura em artes, num museu. “O estágio não obrigatório é uma opção do estudante de ingressar no ambiente de trabalho, com um contrato de no máximo dois anos de estágio na mesma empresa, sem vínculo empregatício.” (TISCOSKI; BITTENCOURT, 2017, p. 112).

Nesse sentido, este trabalho busca levantar uma discussão acerca das experiências vivenciadas pelos dois autores, acadêmicos dos cursos de licenciatura em História e Geografia da Universidade Federal de Sergipe, em seus respectivos estágios não obrigatórios, com o objetivo de evidenciar as principais atividades desenvolvidas, meios de trabalhos oferecidos, desvios ou acúmulo de funções, cargas horárias, dentre outros fatores que fazem com que cada estágio esteja ou não de acordo com a formação em andamento de cada um, de modo a se criar um comparativo entre eles e pensar o que o licenciando pode acabar encontrando no exercício dos estágios não obrigatórios. Além disso, será imprescindível destacar a importância da remuneração oferecida nesta modalidade de estágio, uma vez que, em muitos casos, é ela quem garante a permanência dos estudantes em seus cursos e na universidade como um todo.

A construção deste estudo justifica-se pela necessidade que ambos os autores sentiram de equiparar como se é conduzido seus estágios não obrigatórios ofertados por dois diferentes órgãos do estado de Sergipe: a Secretaria de Educação do Estado, através de suas lotações no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e na Diretoria de Educação de Aracaju (DEA), e a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Nossa Senhora do Socorro – SE, com lotações em duas unidades escolares deste município.

No que se refere à base teórica que sustenta essa produção, serão utilizados estudos de autores que se debruçam sobre a temática educação e estágio, onde refletem questões que envolvem desde conceitos e práticas formativas, processos de profissionalização e as





possíveis formas de exploração em torno do estagiário. Pimenta (1995), por exemplo, se faz aqui presente a partir de sua obra “O Estágio na Formação de Professores: Unidade Entre Teoria e Prática” (1995) por defender a indissociação entre teoria e prática, quando o estágio não deve ser entendido e conduzido somente pela simples utilização de técnicas e procedimentos metódicos, mas como um espaço para construção de identidade, permitindo ao licenciando compreender a realidade educacional vigente e propor intervenções a partir da união entre atividade teórica, responsável pelo conhecimento e interpretação, e atividade prática, responsável por ser um agente social transformador (PIMENTA; 1995, p. 61). Dessa forma, veremos até que ponto as experiências tidas pelos dois acadêmicos em seus estágios não obrigatórios conseguem se relacionar com a perspectiva da autora supracitada.

Somado a isso, as reflexões levantadas por Tardif (2002) mostraram-se indisponíveis na composição deste trabalho, pois propõem que os saberes docentes podem resultar também das experiências e relações de trabalhos que vão sendo construídas ao longo de sua formação e profissão. “Em suma, pode-se dizer que os saberes ligados ao trabalho são temporais, pois são construídos e dominados progressivamente durante um período de aprendizagem variável, de acordo com cada ocupação.” (TARDIF; 2002, p. 58). Nessa perspectiva, o estágio não obrigatório mostra-se como uma excelente alternativa para construção desses saberes, fortalecendo ainda mais a preparação do futuro educador.

Por fim, através da necessidade em se elucidar certas problemáticas, especialmente em relação à precarização do trabalho que pode ser vivida dentro dos estágios, utilizaremos a proposta de Guy Standing (2013). Segundo o autor, a noção de precarização está atrelada à expansão de vínculos laborais frágeis, desprovidos de estabilidade ou direitos. Através de seus estudos que tratam do fenômeno de precarização e desigualdade num sentido mais amplo, Standing ainda consegue destacar a própria realidade dos estágios: “Os estágios são potencialmente um veículo para canalizar os jovens rumo ao precariado.” (Standing; 2013, p. 36). Desse modo, compreende-se que os estudantes, no exercício de seus estágios não obrigatórios, acabam enfrentando diversos impasses como remunerações insuficientes, ausência de direitos trabalhistas e ocupação em diversas funções ao mesmo tempo.



METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada é de cunho descritivo e exploratório, fundamentada através da descrição e percepção dos autores acerca de seus respectivos estágios, evidenciando os principais elementos que permitem compreender em que medida cada experiência se mostra eficaz na formação profissional e social de ambos ou, ao contrário, que se distancia desse ideal. Assim como pela busca em repositórios de universidades e sites acadêmicos por trabalhos que relatam trajetórias em estágios no contexto da Licenciatura, dando ênfase aos de caráter não obrigatórios. Cabe ressaltar que o número de pesquisas e estudos sobre o tema é ainda bastante limitado, no entanto, a partir da seleção e leitura dos trabalhos já disponíveis, como artigos, monografias e dissertações que se preocupam em analisar a temática, foi possível construir uma visão ampla do assunto. É nesse sentido que Gil (2008) defende que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” (GIL; 2008, p.28). Desse modo, tal abordagem metodológica se mostra adequada para se compreender e melhor discutir a formação docente através dos estágios não obrigatórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estágios não obrigatórios dos licenciandos, autores deste trabalho, ocorrem nas mesmas cidades e são supervisionados por órgãos administrativos em comum. O autor (A), do curso de Licenciatura em Geografia, estagiou durante o ano de 2024 numa escola da rede municipal de ensino da cidade de Nossa Senhora do Socorro (SEMED) e, atualmente cumpre estágio na Diretoria de Educação de Aracaju, vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEED). Já o autor (B), estudante de Licenciatura em História, encontra-se estagiando em dois diferentes turnos: de manhã, no Arquivo Público do Estado, também integrado à SEED, e, à tarde, numa unidade escolar da já referida SEMED.

O estágio do autor (A) na Diretoria de Educação de Aracaju (DEA/SEED/SE), uma das nove diretorias regionais de educação do Estado de Sergipe, teve início no final de 2023 e permanece em andamento. Sua lotação ocorreu no Serviço de Gestão de Recursos Humanos (SEGRH) da Instituição. Inicialmente desenvolvido pela manhã até janeiro de 2025, o estágio





migrou para o turno vespertino, em comum acordo com a chefia imediata. A carga horária semanal corresponde a 20 horas, onde são distribuídas em 04 horas diárias, quanto à remuneração, esta segue o padrão estabelecido para os estagiários vinculados às secretarias do Governo do Estado de Sergipe, consistindo em uma bolsa mensal de R\$600,00, acrescida de auxílio-transporte variável conforme o número de dias úteis do mês, totalizando uma média remuneração média mensal alcança aproximadamente R\$800,00.

As atribuições do estagiário apresentam-se claramente definidas, contudo, em momentos de déficit de servidores no setor, observou-se um grande excesso de demandas, ocasionando uma sobrecarga de trabalho. Partindo do que afirma Standing (2003), a intensificação de tarefas e o crescimento de demandas acabam criando um estado mental nebuloso e confuso (STANDING; 2013, p 199). Desse modo, essa conjuntura resultou justamente em levar o estagiário a enfrentar um quadro de exaustão, onde foi necessário até mesmo um afastamento temporário de 15 dias, devidamente amparado por atestado médico psiquiátrico.

O setor de lotação é majoritariamente composto por professores efetivos da rede estadual de ensino que, por diferentes motivações, optaram por se afastar da regência em sala de aula para assumir funções administrativas na DEA. Essa característica confere ao espaço uma dinâmica peculiar, marcada por uma elevada mobilidade funcional. Nota-se que parte dos servidores é convidada para desempenhar atividades na SEED/SE ou em outras secretarias, ao passo que outros optam pelo retorno às unidades escolares. Em decorrência dessa dinamicidade, verifica-se uma rotatividade significativa entre as funções e pastas ocupadas pelos servidores. No caso do estagiário em questão, sua atuação inicial concentrou-se na pasta de processos administrativos, passando posteriormente a desenvolver atividades nas áreas de lotação e relotação, incluindo atendimentos e procedimentos administrativos diversos, como alterações de jornada de trabalho e registro de aditivos gestacionais. Atualmente, o estagiário encontra-se alocado exclusivamente na pasta de lotações.

Quanto a sua experiência estagiando na Secretaria Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro, ela ocorreu entre julho de 2024 e fevereiro de 2025, tendo uma lotação inicial no Núcleo de Atendimento Especializado da cidade. No entanto, diante do déficit de estagiários e das limitações de contratações decorrentes do período das eleições municipais, diversos estudantes que atuavam em setores administrativos da SEMED foram transferidos





para áreas de maior demanda, como o transporte escolar, no qual desempenhavam a função de monitores nos ônibus escolares.

Nesse contexto, o estagiário em questão foi alocado temporariamente neste serviço, sendo responsável por cobrir licenças médicas e afastamentos de outros estagiários monitores, sem possuir uma rota ou escola fixa. Posteriormente, ao assumir definitivamente uma rota, passou a atender ao turno vespertino da Escola Municipal Eduardo Viana dos Santos. Na função, tornou-se evidente o desgaste decorrente do acúmulo de atribuições, uma vez que, ao chegar à unidade escolar com os estudantes, o estagiário precisava desempenhar atividades administrativas relativas à secretaria escolar. A bolsa mensal paga era de R\$1000,00, enquanto que a carga horária, 06 horas diárias. A ausência de Coordenação Pedagógica e de agentes responsáveis pela portaria implicava que tais funções fossem também atribuídas ao estagiário, e a citada carga horária era marcada por exaustão e sobrecarga, o que resultou na solicitação de rescisão do contrato por parte do mesmo. Em relação às experiências do autor (B) em seus estágios não obrigatórios, a discussão será conduzida de igual forma, inicialmente pelo estágio oferecido pela SEED, seguindo para aquele efetuado na SEMED.

Assim como a DEA, o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) é uma Instituição vinculada à SEED e, atualmente, recebe diversos estudantes de cursos específicos, como História, para cumprir estágio não obrigatório. O interesse deste autor em estagiar no APES surgiu ainda no início da graduação, a partir da escuta de relatos de colegas veteranos que já haviam estagiado de forma não obrigatória e remunerada naquele espaço. Assim, em março de 2024, iniciou suas tarefas como estagiário.

A principal função de um Arquivo Público é a preservação e salvaguarda de documentos históricos. Segundo Santos (2005), “a existência de um Arquivo garante a proteção da memória, individual e coletiva” (SANTOS, 2005, p. 7). Na perspectiva do estagiário, é exatamente esse o sentimento e propósito que o APES carrega.

As atividades realizadas no estágio do APES são diversas nas muito bem delimitadas aos estagiários, cada um recebe mensalmente uma escala detalhando suas tarefas a serem cumpridas ao longo das semanas. No caso do autor (B), suas demandas incluem desde a revisão de catálogos e a digitalização de documentos até a organização digital de acervos, participação na construção de exposições, e a limpeza documental. Além disso, o APES tem promovido projetos em parceria com escolas da rede estadual de ensino de Sergipe,





possibilitando que séries do ensino fundamental e médio conheçam a instituição, sua história e seu papel social. Essa interação também permite ao estagiário estabelecer um possível contato com as turmas, lhe proporcionando momentos similares aos de uma sala de aula tradicional. A carga horária do estágio segue igualmente o que determina a SEED, 04 horas diárias e 20 horas semanais, o mesmo vale para a bolsa mensal, que se aproxima de R\$800,00.

Ao fazer uma comparação entre os estágios dos autores na SEED, pode-se afirmar que este último mostra-se menos agitado e frenético. Isso acontece porque o trabalho que o APES proporciona está intrinsecamente relacionado a pesquisas, eventos e projetos educacionais, e a garantia da acessibilidade do conteúdo histórico preservado ali, isso implica uma rotina relativamente tranquila e organizada. Além disso, a direção mostra-se flexível às possíveis condições dos estagiários, principalmente se forem de caráter acadêmico, o que faz com que muitos acordos possam ser mantidos sem prejudicar nenhum dos lados.

Por outro lado, o autor (B) enfrenta maiores desafios e exigências em seu estágio não obrigatório promovido pela SEMED de Nossa Senhora do Socorro. Desde junho de 2024, o estudante tem estagiado na Escola Municipal Barquinho Amarelo, unidade voltada exclusivamente para turmas de educação infantil. Até dezembro do mesmo ano, o estagiário foi colocado como apoio escolar de uma criança portadora de autismo, mesmo sem possuir qualquer tipo de especialização para assumir a função. Apesar disso, buscava por conteúdos na internet para melhor compreender e auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem. Vale ressaltar que essa prática em contratar estagiários sem a devida capacitação para servirem de suporte a crianças com necessidades educativas específicas é bastante comum dentro da Secretaria Municipal de Educação da cidade.

Após a conclusão do ano letivo de 2024, o estagiário retornou à mesma escola em março de 2025 assumindo o mesmo cargo em que o autor (A) já esteve: monitor do transporte escolar. Ao mesmo tempo, também era auxiliar de uma das turmas de pré-escolar. Em julho, o estagiário foi removido do transporte e, até o presente momento, não tem uma única função estabelecida na escola, ou seja, atua em diferentes postos, a cada dia realizando um tipo diferente de função, seja como auxiliar de sala, porteiro, ou dentro da secretaria, uma vez que, assim como na primeira escola, essa não conta com coordenação, secretários, nem responsáveis pela segurança dos portões. O valor da bolsa paga neste estágio permanece sendo R\$1000,00, assim como a carga horária de 06 horas mensais.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar diferentes estágios não obrigatórios proporcionam ao estudante múltiplos caminhos e experiências que, ao mesmo tempo em que podem ser enriquecedoras, também podem se revelar desmotivantes. Este pode ser o primeiro momento em que o licenciado pode atuar enquanto um agente que auxilia à transformação da sociedade a partir da união entre teoria e prática, quanto, e infelizmente, um prestador de algum serviço necessário porém em condições precárias. Além disso, é com a remuneração de cada um que muitos estudantes garantem sua fonte de renda enquanto acadêmicos.

Cada um dos estágios aqui relatados conferiu aos autores a formação de diversos saberes e perspectivas que ambos irão ou não se apoiar e levar a frente em suas profissões, desde o estágio na DEA, que tem possibilitado ao autor (A) uma ampla visão da estrutura organizacional e funcionamento da educação básica do Estado de Sergipe, ao estágio do autor (B), que enquanto estudante de História e que tem o contato com conceitos de memória, patrimônio e fontes históricas logo no primeiro período do curso, não há como negar que o APES materializa essas concepções de modo exemplar, tornando a teoria concreta na prática. Por isso, os dois autores avaliam seus estágios positivamente. Já em relação aos estágios prestados na SEMED de Nossa Senhora do Socorro, não há como negar a ausência de um plano eficaz de estágio ou a fragilidade administrativa do órgão que recorre à utilização de licenciandos para suprir outras lacunas.

Portanto, é evidente a necessidade de políticas que possam garantir que a função formativa dos estágios não obrigatórios prevaleça sobre o caráter de substituição de pessoal. É imprescindível a orientação constante de supervisores e a definição clara de funções a serem cumpridas no exercício do estágio, evitando cargas excessivas de trabalho. Somado a isso, urge a produção de novos estudos que possam contribuir com a ideia da efetividade e impactos na formação do licenciando, especialmente em contextos nos quais há necessidade de servidores e má gestão, de modo a subsidiar práticas mais justas, seguras e formativas.

REFERÊNCIAS





BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT... Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 01 de outubro de 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poíesis*, v. 3, Números 3 e 4, p.5-24, 2005/2006. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542/7012>. Acesso em 01 de outubro de 2025.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. *Cadernos de Pesquisa*, n. 94, p. 58-73, ago. 1995.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TISCOSKI, Isabela Gomes; BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. Contribuições do estágio não-obrigatório para a formação inicial do professor. **Revista Saberes Pedagógicos**, Criciúma: UNESC, v. 1, n. 1, jan./jun., 2017, p. 105-126. Disponível: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/3189>. Acesso em: 01 outubro 2024.

SANTOS, Marcella Leite Vieira. **Síntese histórica da (re)organização do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)**. São Cristóvão, 2025. Monografia (licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2025.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Autêntica, 2013.

